

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.075.424 - RJ (2017/0073505-7)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : JONAS PIRES DE SOUZA
ADVOGADO : EISENHOWER DIAS MARIANO E OUTRO(S) - RJ056550
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO, PARA FINS DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS, DOS MESMOS ÍNDICES PREVISTOS PARA REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS DE VALOR MÍNIMO, DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO OU DO TETO PREVIDENCIÁRIO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO O PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto por JONAS PIRES DE SOUZA, fundado na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2a. Região, assim ementado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE RMI. VARIAÇÃO DA ORTN-OTN. IRSM. FEVEREIRO DE 1994. TETO. 20 SALÁRIOS MÍNIMOS. ART. 201 DA CRFB. RE 376846. IGP-DI. NÃO APLICAÇÃO.

I - É devida a revisão da renda mensal inicial, com atualização monetária dos 24 (vinte e quatro) salários -de -contribuição anteriores aos 12 (doze) últimos, com base na variação da ORTN-OTN, para os benefícios concedidos antes da promulgação da Constituição de 1988.

II - O IRSM apenas pode ser invocado para a correção de salário -de -contribuição quando o mês de fevereiro de 1994 integrar o período básico de cálculo da renda mensal inicial.

III - As regras para o cálculo da renda mensal inicial devem obedecer ao princípio do Impus regit actum;

IV - Só faz jus à manutenção do valor teto de 20 (vinte) salários mínimos sobre os salários -de - contribuição aquele segurado que implementou todas as condições para a aposentadoria até o advento da Lei 7787-89 e continuar contribuindo sobre valor acima de 10 (dez) salários mínimos.

V - O reajustamento dos benefícios de prestação continuada

Superior Tribunal de Justiça

concedidos pela Previdência Social após a promulgação da Constituição rege-se pelos critérios definidos em lei (artigo 201, § 4º, da Constituição de 1988).

VI - Os benefícios de prestação continuada, no Regime Geral da Previdência Social, não serão reajustados com base no IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001.

VII - O Supremo Tribunal Federal já se manifestou pela constitucionalidade dos índices aplicados no reajustamento dos benefícios previdenciários (RE 376846).

VIII - Apelação desprovida.

2. Nas razões do seu Recurso Especial, sustenta o recorrente a aplicação do IRSM na correção do benefício do autor e do IGP-DI nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001.

3. É o relatório.

4. Verifica-se que o Tribunal de origem não dissentiu do entendimento firmado por esta egrégia Corte Superior, segundo o qual não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, dos salários de contribuição ou do art. 58 do ADCT, porquanto há previsão legal insculpida no art. 41 da Lei 8.212/1991. Destacam-se os seguintes julgados:

PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. EQUIVALÊNCIA COM O REAJUSTAMENTO DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO OU DE SEU LIMITE MÁXIMO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Conquanto os arts. 20, § 1º, e 28, § 5º, da Lei 8.212/91 estabeleçam que os valores do salário-de-contribuição e o seu limite máximo (teto do salário-de-contribuição) devam ser reajustados na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social, não há que se dar interpretação de reciprocidade, de vez que os benefícios em manutenção têm seus reajustes regulados pelo art. 201, § 4º, da CF/88 e pelo art. 41 da Lei 8.213/91. Nesse sentido: STF, AI 590.177 AgRg/SC, Rel. Ministro CEZAR PELUSO,

Superior Tribunal de Justiça

SEGUNDA TURMA, DJU de 27/04/2007; STJ, AgRg no REsp 986.882/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe de 02/10/2012.

2. Firmou-se nesta Corte o entendimento no sentido da impossibilidade de utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, dos salários-de-contribuição ou do art. 58 do ADCT, porquanto há previsão legal insculpida no art. 41 da Lei 8.213/1991 para tanto (AgRg no Ag 1.190.577/MG, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 30.11.2011) (STJ, AgRg no AREsp 168.279/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/11/2012).

3. Agravo Regimental improvido (AgRg no AREsp. 767.611/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 15.12.2015).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIOS. SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO. VINCULAÇÃO INEXISTENTE. SÚMULA 83/STJ

A jurisprudência desta Corte firmou entendimento no sentido de que inexistente vinculação entre os critérios legais para atualização dos salários-de-contribuição e os reajustes dos benefícios em manutenção. Precedentes. Súmula 83/STJ. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp. 1.056.651/RS, Min. Rel. HUMBERTO MARTINS, DJe 25.6.2015).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REAJUSTE DE BENEFÍCIOS. ART. 41, II, DA LEI 8.213/91.

1. O acórdão recorrido julgou a lide de modo fundamentado e coerente, não tendo incorrido em nenhum vício que desse ensejo aos embargos de declaração e, por conseguinte, à violação do art. 535 do Código de Processo Civil.

2. O reajuste dos benefícios previdenciários obedece ao estipulado no art. 41, II, da Lei 8.213/91, que fixa o INPC e sucedâneos legais como índices revisores, não encontrando amparo legal a equivalência pretendida entre o salário-de-contribuição e salário-de-benefício. Precedentes.

3. Agravo regimental não provido (AgRg no

Superior Tribunal de Justiça

REsp. 1.056.651/RS, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 23.10.2014).

5. Incide, à espécie, a Súmula 568 do STJ, segundo a qual *o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

6. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial do Particular.

7. Publique-se.

8. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR